



RIBEIRO, Cláudia Pinto; BAPTISTA Eva; AFONSO, José António Moreno e ROCHA, Juliana, eds. *A investigação em História da Educação: novos olhares sobre as fontes na era digital*. FLUP-CITCEM, 2021.

Disponível em: <https://1er.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1809&sum=sim>

Os Encontros Ibéricos de História da Educação surgem da iniciativa entre a Associação de História da Educação de Portugal - HISTEDUP e da Sociedade Española de Historia de la Educación - SEDHE. A nona edição deste Congresso foi realizada em 2019, no formato de *summer school*, na cidade de Braga - Portugal e, a partir dele, foi organizado o *e-book* com o título que foi o tema do evento: “A investigação em História da Educação: novos olhares sobre as fontes na era digital”. O livro, com

o apoio do Centro de Investigação Transdisciplinar: cultura, espaço e memória - CITCEM, reúne ao longo de 300 páginas “as palavras faladas vertidas em palavras escritas” (p.7) dos vinte e quatro capítulos (em língua portuguesa ou espanhola) elaborados pelos jovens doutores, doutorandos e professores participantes do evento, organizados em ordem alfabética.

A obra inicia-se com a introdução intitulada “Novos olhares, outras palavras”, escrita pelos coordenadores do livro, Cláudia Pinto Ribeiro, Eva Baptista, José António Moreno Afonso e Juliana Rocha. Esta introdução possui a capacidade de dar a conhecer, numa linguagem inicialmente poética e convidativa, um breve panorama sobre o IX Encontro Ibérico de História da Educação, realizado em setembro de 2019. As autoras e o autor revelam a seriedade e comprometimento que os participantes tiveram “com a responsabilidade de quem observa e pensa o passado, sabendo que carrega consigo o antídoto do esquecimento” (p.7) e da importância que a Comissão Científica teve na leitura e avaliação das propostas no enriquecimento dos textos, que podemos constatar a seguir.

Para abrir os capítulos deste livro, Ana María de la Torre Sierra (doutoranda - Universidad de Sevilla) nos traz um importante debate sobre as “Diferencias de género en el proceso de socialización. La representación femenina a través de los manuales escolares españoles desde 1975 hasta nuestros días”. Conforme indica o título, a autora versa sobre as desigualdades de género no período após a ditadura franquista (Espanha, 1936-1975) e é justamente esse um dos pontos centrais do capítulo: a contradição existente em haver

uma manutenção (pelo patriarcado) destas desigualdades em pleno século XXI e em sociedades que se denominam democráticas. O texto, quase como um manifesto, é bastante esclarecedor e traz uma importante análise histórica sobre a influência dos livros didáticos da Educação Primária (1977-2015) na perpetuação do sexismo na sociedade espanhola e em como as leis educativas instauradas durante a democracia contribuem para alcançar uma escola “coeducativa”, pois inserem o princípio de igualdade como “eje vertebrador de la enseñanza” (p.16).

Andrés Payà Rico, professor no Departamento de História da Educação e Educação Comparada na Universitat de València, realizou a 2ª Conferência no evento, que dá o título ao seu capítulo: “La historia de la educación en la sociedad red”. Como o próprio título indica, o autor faz-nos uma reflexão sobre o presente e o provável futuro da história da educação (HE) em uma estrutura social em rede, onde há uma “reinterpretación de las relaciones” (p.24) e uma “renovación historiográfica” (p.26). Payà procura responder a três grandes interrogações: para que serve a HE? Como a construímos? Como trabalhamos e como projetamos nosso trabalho na sociedade? As respostas foram encontradas pelo autor, respectivamente, nos âmbitos da História da Educação como disciplina acadêmica (formação); da investigação e profissional. O autor sinaliza os recursos possíveis que devem ser buscados para gerar visibilidade na investigação histórico-educativa em uma sociedade cada vez mais bombardeada por informações. A formação crítica existente no campo da história da educação deve manter a sua permanência e a sua difusão ser cons-

truída por meio dos diálogos e divulgação entre/pelos profissionais da área.

O terceiro capítulo, de autoria de António Henriques, doutorado em 2018 pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, intitula-se: “Uma arqueologia do Arquivo Histórico Parlamentar português. A máquina de escrita do soberano Congresso entre o esquecimento, a censura e a dispersão”. O texto, discutido a partir da investigação histórica realizada durante a sua tese, questiona o uso (reflexos, valorização) desta fonte no período da Monarquia Constitucional portuguesa (1821-1910). Particularmente interessante é o tratamento que foi dado ao arquivo do Parlamento, fundamentado em Jacques Derrida e Michel Foucault. Os arquivos são “ao mesmo tempo instituidores e conservadores” e “traduzem pensamentos elaborados num lugar anterior” e, “mesmo dotados desse lastro [...] lançam-nos num destino por vir”(p.36). Portanto, faz-nos compreender a arqueologia do arquivo parlamentar a partir de uma análise com um olhar para o futuro para os diferentes momentos (social, económica, etc.) da conjuntura política portuguesa desde a primeira constituição política. Este olhar é decisivo para uma “construção de uma historicidade dos discursos pedagógicos” (p.42).

“De la tradición a la modernidad: evolución de las prácticas educativas del baile flamenco desde la mirada de tres generaciones de maestras y maestros”, é o título do quarto capítulo, de autoria de Bárbara de las Heras Monastero, doutorada em 2018 pela Universidad de Sevilla e professora na Universidad de Jaén. Por meio de uma investigação fundamentada pela metodologia da História Oral, do

processo analítico da Teoria Fundamental e da utilização do *software* NVivo 11, a autora aborda neste capítulo sobre as transformações dos padrões estéticos da dança flamenca. Mas este não é somente um texto sobre a dança flamenca em si, traz-nos também uma importante reflexão (pioneira neste tema) a partir de três gerações de professores e professoras de dança flamenca (últimas sete décadas). Menciona, por exemplo, como os elementos e métodos de ensino em ambientes de educação não formal ajudam a melhorar o currículo escolar do Sistema Educativo Andaluz. A relevância do ensino de dança (e suas consequências) exemplificada no decorrer deste capítulo não se limita, porém, apenas ao sistema educativo espanhol, pois a discussão contribui também para outros sistemas educativos.

O quinto capítulo intitula-se “Los procesos de nacionalización en las escuelas primarias durante el primer franquismo y el fascismo italiano (1931-1959). Un proyecto de tesis doctoral”. Carlos Sanz Simón, doutorando na Universidad Complutense de Madrid, fala-nos neste texto (elaborado a partir de publicações anteriores) a partir de uma sequência cronológica e de uma perspectiva transnacional, sobre “los principales modelos y su representación en distintas fuentes primarias” (p.58). O seu conteúdo revela-nos o papel das escolas primárias como instrumento do nacionalismo, os manuais escolares como um “elemento susceptible de manipulación por parte de la clase dirigente de un país” (p.59) e os relatórios de estágios dos “primeros pedagogos instruidos en el franquismo” (p.60) existentes no “Fondo Romero Marín” como “simbología política y religiosa” (p.64). A metodologia de aná-

lise de conteúdo exige do investigador um olhar minucioso e crítico às suas fontes, sobretudo no uso das fotografias escolares, papel este que o autor deste capítulo realiza de forma singular e contribui para o debate atual sobre as questões identitárias em perspectiva histórica.

No capítulo que se segue, Cecilia Valbuena Canet, doutoranda na Universidad Nacional de Educación a Distancia, transporta-nos para “La configuración del concepto de trabajo en el falangismo y su vehiculización hacia la escuela de la dictadura. España, 1940-1957”, um texto parcial da sua tese (que investiga o período entre 1940 e 1970). A autora começa por apresentar o conceito de trabalho transmitido no sistema educativo espanhol, portanto, a partir do movimento nacionalista inspirado no fascismo italiano - Falange Espanhola - e na apropriação deste pelo franquismo. Durante esse período houve a introdução da disciplina “Formación del Espíritu Nacional” em todos os centros educativos de modo a alcançar a iniciação política nacionalista pelos jovens (p.72), sendo os manuais dessa disciplina as fontes escolhidas para análise. Esta fonte é muito importante e “nos ha permitido comprobar qué parte del relato falangista sobre el trabajo llegaba a la escuela y de qué forma” (p.74) e possibilita-nos compreender as análises dos indicadores expostos pela autora. Singularmente interessante são as adaptações que os governos se propõem a realizar no âmbito da educação para alcançar os seus objetivos de poder e controle.

“O ensino de História através dos manuais escolares brasileiros e portugueses em períodos de transição de regime político (Brasil, 1889 – Portugal, 1910)”, foi

o título escolhido por Elza Alves Dantas (doutoranda na Universidade do Porto) para o sétimo capítulo. Um tema macro recorrente neste livro - os manuais escolares e os regimes políticos -, aparece neste texto sob o olhar da autora para esta fonte. Dantas se propôs a compreender quais representações da História do Brasil na transição do regime monárquico para o republicano existiram nos manuais da disciplina de História (edições de Francisco Pedro Brou e de Zófimo Consiglieri Pedroso) no ensino secundário. Como adverte a autora sobre o “impacto económico dos manuais escolares no Brasil” (p.84), há pontos que vão além de uma preocupação portuguesa com a escolarização brasileira, como as “diferentes camadas de discursos e conteúdos” (p.85). Em especial, um destaque para as diferenças existentes entre a versão destinada aos portugueses e a versão para os brasileiros, evidenciando a perspectiva eurocêntrica nesta última. Ainda que houvesse na Proclamação da República um esforço de construção da identidade nacional, desvinculada ao passado colonial, esta “continuou centrada na Europa” (p.90).

Ernesto Português, doutorado em 2015 pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, é o autor do oitavo capítulo que se intitula “Monsenhor Airosa — pedagogo-empresário. História do Colégio de Regeneração de Braga (1869-1931)”. O autor esclarece que este texto situa o processo de construção da tese e começa por apresentar o início, em 2008, do árduo trabalho junto ao arquivo da instituição e como se deu a publicação da obra “Do Convento ao Instituto. Portas para a Vida” (2011). A partir de uma biografia crítica de Monsenhor Airosa (Padre João Airosa),

objetiva explicar as razões da fundação desta importante instituição portuguesa, com mais de 150 anos de existência e denominada atualmente Instituto Monsenhor Airosa. Cumpre o seu anseio ao trazer um importante contributo aos que estão debruçados sob os arquivos (resgate, ordenação, coerência) e, sobretudo, no âmbito da História das Instituições.

“La enseñanza primaria en Mallorca (1939-1949). Cultura y prácticas escolares”, foi o título dado por Gabriel Barceló Bauzá, doutorado em 2017 na Universidad de las Islas Baleares. No período após a Guerra Civil na Espanha há um rompimento com a visão homogênea e estereotipada da escola no período franquista. O estudo feito pelo autor fez o uso de “fuentes como memorias” (p.120) dos atores que compõem as escolas desse período (fotografias, tesemunhos orais, livros, etc.) e analisa em que “medida las prácticas escolares de esos años rompieron con el conjunto de estrategias de enseñanza aplicadas en épocas anteriores” (p.118). A delimitação geográfica à Ilha de Mallorca, justifica-se na minuciosa análise realizada sobre a cultura escolar na Espanha. De modo a instigar a leitura, Bauzá finaliza o seu texto com as cinco principais conclusões (p.124-125), que resumidamente são: importância das memórias para a cultura escolar; as mudanças e continuidades na prática escolar no contexto pós-guerra; distanciamento da legislação nas questões metodológicas e estratégias de ensino-aprendizagem; a influência da cultura escolar franquista nas escolas; a complementaridade entre as fontes.

Os objetivos do décimo capítulo do *e-book* - assinado por Gabriela Ossenbach, professora no Departamento de História

da Educação e Educação Comparada da Universidad Nacional de Educación a Distancia e intitulado “Aportaciones a la investigación sobre manuales escolares en España y Portugal a partir de la experiencia del Centro de Investigación MANES” -, são enunciados pela autora ao mostrar, aos jovens investigadores da área, as possibilidades das ferramentas e experiências acumuladas ao longo de mais de 25 anos deste Centro de Investigação. Este texto torna-se notável porque faz-nos conhecer o trajeto do Projeto MANES desde 1992 e, com ele, a elaboração de uma fundamental base de dados para a área. O texto confirma o importante movimento a partir das décadas de 90 do século XX na Península Ibérica denominado “manualística escolar” (p.128), conforme Agustín Escolano Benito. Com isso, para além da necessidade de analisar essas fontes no âmbito da cultura escolar, há também um olhar para a divulgação em perspectiva transnacional. A autora traz elementos sobre a investigação e questões metodológicas em si, mas a maior relevância e aprendizagem deste texto incide sobre o trabalho coletivo gerado pelos textos escolares.

A partir do estudo sobre “O ensino primário em S. Miguel e na Terceira (1901-1926)”, Isolina Medeiros, doutorada em 2018 pela Universidades dos Açores, demonstra as influências do discurso pedagógico republicano na escolarização no arquipélago dos Açores. Este capítulo é particularmente útil para compreender as especificidades, principalmente por questões geográficas, num primeiro momento sobre o processo de alfabetização e num segundo momento sobre a continuidade dos estudos por meio da expansão e democratização da instrução pública nessas

duas ilhas. Conforme a autora menciona, há uma produção bastante reduzida sobre a região, o que “leva-nos a considerar a necessidade urgente da criação e desenvolvimento de fontes digitais na Região Autónoma” (p.141). Mais concretamente, Medeiros mostra-nos como foram criadas instituições com “espírito associativista” (p.146) impulsionadas pelo movimento de renovação pedagógica, facto que “caracterizou a sociedade açoriana, desde meados do século XIX” (p.146). A análise dos periódicos (escolares e religiosos) permite-nos aceder a alguns dados sobre a coexistência de escolas com uma tradição empírica fundamentada no método João de Deus e de “uma escola que se ‘pretendia alegre’” (p.148) com base na educação integral.

No texto intitulado “Objetivo propuesto por el gobierno socialista en 1982-1983 para la Ley Orgánica del Derecho a la Educación: «constitucionalizar» la educación”, Javier Gonzáles Moreno, doutorando pela Universidad de Murcia, elabora uma relevante discussão sobre as mudanças educacionais ocorridas na Espanha por meio do governo de Felipe González (PSOE). Em um texto rico em pormenores, sobretudo por fazer uso de fontes que “nunca han sido holladas” (p.151) e analisar trechos de entrevistas do socialista José María Maravall, Ministro da Educação. Em um processo de transição política, que objetiva a integração da Espanha na Europa, a promulgação da “Ley Orgánica del Derecho a la Educación (LODE)” reafirma o compromisso de universalização da educação, fundamentada na Constituição de 1978, da colaboração harmônica entre o ensino privado e o público e do “aparato escolar franquista-eclesial a colaborar con el Estado en su prestación”(p.157). “Ya desde

el inicio, el objetivo de los socialistas era promulgar una ley que sobreviviera al gobierno socialista” (p.159), objetivo este que foi alcançado, pois apenas em 2002 houve uma outra legislação educativa no contexto espanhol.

“Para uma história monográfica da Escola Normal do Porto (1882-1942): abordagem sociocultural da ação quotidiana e das formas de legitimação”, a reconstrução do percurso desta instituição por meio de um estudo fenomenológico-interpretativo torna-se necessária. Fundamenta-se na investigação da doutoranda Juliana Rocha, da Universidade do Porto, autora deste capítulo. A preocupação em alfabetizar a população não era apenas no contexto educacional, esta seria “determinante para o desenvolvimento económico do país” (p.164). Portanto, a “formação dos professores era a condição necessária para consolidação do sistema público de ensino que se pretendia instituir” (p.164). A autora realiza um mapeamento da produção historiográfica em Portugal sobre o tema e objetiva efetuar uma criteriosa análise dos arquivos sobre a instituição. O capítulo, designadamente no que diz respeito aos temas da história das instituições escolares e formação de professores, é particularmente interessante aos investigadores da área.

Justino Magalhães, professor catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, reforça o papel sobre “Os manuais escolares na história da educação” neste capítulo. É inquestionável a notoriedade que essa fonte representa nesta área de investigação, o que pode ser constatado inclusive nos variados capítulos que se debruçaram sobre os manuais. Para além da qualidade de uma escrita

fluida, este capítulo enriquece ainda mais o debate, pois o autor realiza um importante enquadramento conceptual sobre a história da leitura e consequentemente da cultura escrita. Magalhães analisa também a construção das Bases de Dados sobre o livro escolar nas últimas décadas do século XX, o que complementa as discussões contidas no décimo capítulo, elaborado por Gabriela Ossenbach no 10º capítulo. A partir dos estudos de Jean Yves-Mollier, comprova o crescimento exponencial do manual escolar na fase final do século XIX, além de explicar-nos que esta centralidade “advém da sobreposição entre objeto cultural e meio pedagógico-didático” (p.188). Finaliza o capítulo com a competência atribuída à história da educação: “saber narrar esta complexidade e dar a conhecer esta representação do institucional escolar, fonte de conhecimento, sociedade, humanidade” (p.191).

No capítulo que segue, intitulado “O Liceu angréense: percurso de uma instituição liceal insular (1880 a 1910), Leandro Ávila, doutorado em 2017 pela Universidade dos Açores, investigou o Liceu Nacional de Angra do Heroísmo no período final da monarquia (marcado por reformas do século XIX), que se impôs “perante um cenário tendencialmente conturbado” (p.203). O autor refere que há uma “quase ausência de referência às fontes mobilizadas” (p.194), o que traz uma conotação ainda mais significativa ao texto e torna-se visível a dificuldade na obtenção dos dados, pois não havia um tratamento arquivístico no acervo documental mobilizado, agora realizado. A sistematização e interpretação das fontes contidas neste capítulo faz-nos compreender os processos necessários para a estruturação de

uma investigação, obviamente sobre o ensino secundário açoriano, mas útil na área da história da educação.

O décimo sexto capítulo, escrito por Lídia Sala Font, doutoranda na Universitat de Vic, designa-se “Maestras y maestros de escuela rural: identidades, trayectorias y experiencias. Un proceso de investigación”. Conforme anteriormente referido, a ditadura ocorrida na Espanha prejudicou significativamente a educação, de forma ainda mais visível nas escolas rurais. A partir da democracia, ainda que tenham existido políticas públicas para a melhoria do sistema educativo, estas não contemplaram as escolas rurais. Com foco nas histórias de vida dos atores que contribuíram para a renovação pedagógica nas escolas rurais catalãs, a autora entrevistou nove professores/professoras que atuaram entre os anos de 1950 e 2019 nestas instituições. Ainda que o interesse pela temática tenha surgido a partir de sua trajetória pessoal, Lídia Font demonstra-nos um afastamento investigativo para as análises que foram e estão a ser realizadas, alcançando o objetivo central de visibilizar as trajetórias e experiências destes sujeitos.

“La investigación de la educación franquista a través de NO-DO: cuestiones metodológicas”, foi o título do capítulo elaborado por María Dolores Molina Poveda, doutoranda na Universidad de Málaga. Os “NOTICARIOS-DOCUMENTALES” foram o principal meio de propaganda franquista, “una entidad autónoma subvencionada con independencia jurídica, económica y administrativa” (p.219) que objetivou o controle da produção audiovisual e perdeu entre os anos de 1943 a 1981 (mesmo após o fim da obrigatoriedade de exibição em 1975). Entre os diversos temas abor-

dados, a educação é o foco desta investigação, que pretende compreender como as transmissões realizadas exprimem as concepções do regime e constroem as memórias dos sujeitos. O foco do texto gira em torno do processo metodológico e, por esse motivo, é bastante interessante para os investigadores que têm o audiovisual como fonte.

María Eugenia Bolaño Amigo, doutorada em 2017 pela Universidade de Santiago de Compostela, intitula o seu capítulo “Identidades negadas. Infancias e horizonte social galego no abrente do século XX”. A autora apresenta-nos uma estimulante reflexão sobre as representações que as infâncias (e seu processo educacional) detêm, especificamente aquelas que emigraram. Por meio de uma ampla análise da imprensa galega (“Céltiga” e “Eco de Galicia”) e as divulgações destas na Argentina e em Cuba, torna-se possível compreender as diferenças de gênero, construção das identidades, consciência de classe e ideia de nação. A ideia da infância como “‘semente’ do porvir da ‘nazón galega’” (p.233), ou seja, a educação tem um papel fulcral na construção desta sensação nostálgica (combater o êxodo) e das crianças enquanto “suprema esperanza da Patria galega” (p.233). A autora elencou mais de quatrocentos números das publicações mencionadas e demonstra-nos neste texto um recorte de toda a investigação que foi realizada, instigando-nos a leitura.

“A escola portuguesa ao serviço da Nação. Discursos e práticas de orientação e disciplina do professorado primário (1926-1956)”, é objeto deste capítulo, da autoria de Maria Paula Lourenço Pereira, doutorada em 2017 pela Universidade Aberta. Os professores vinham a ser, des-

de o século XIX, atores relevantes para a implementação de um “modelo de instituição escolar responsável pela socialização política” (p.239-240). No entanto, com o regime salazarista, as escolas seriam o meio para “operar uma revolução nacional que regenerasse a alma dos portugueses” (p.240). Esta nova ordem política, de índole nacionalista, impôs às escolas a “responsabilidade de selecionar as elites e formar as massas nos valores ideológicos oficiais do regime” (p.240). A autora analisa as “práticas discursivas da administração escolar” (p.242) e menciona as etapas do processo investigativo para a estruturação da sua tese.

No vigésimo capítulo, Miriam Fernandes Muramoto (doutoranda na Universidade do Porto/Universidade de São Paulo), analisa “As práticas educativas em instituições femininas de ensino e assistência no Brasil e em Portugal: um estudo comparado (1903-1930)”. A partir de um conjunto bastante diversificado de conceitos, a autora invoca alguns teóricos – Norbert Elias, Certeau, Ginzburg – para a interpretação do material empírico. A História Comparada tem nesta investigação papel central, sendo a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência (São Paulo, Brasil) e o Colégio D. Pedro V (Braga, Portugal) as instituições escolhidas para o efeito. Neste capítulo Muramoto, a partir da perspectiva da micro-história, reflete sobre os procedimentos teóricos e metodológicos realizados durante o doutoramento e salienta as estratégias de escolarização primária no Brasil e em Portugal.

“La educación de las clases populares en el franquismo. Un estudio del contexto segoviano a través de la metodología biográfico-narrativa”, especificamente sobre

a educação (formal e não formal) das infâncias de classes populares, é a temática central do capítulo elaborado por Miriam Sonlleve Velasco, doutorada em 2018 pela Universidad de Valladolid. Uma interessante análise biográfica de seis pessoas (três homens e três mulheres) que vivenciaram suas infâncias na década de 30 do século XX – “ochenta y cuatro años después del inicio de la guerra civil española”, ainda permanecem vestígios de uma “infância marcada por el hambre, la escasez y la muerte” (p.265). “La relevancia de la investigación a nivel histórico se relaciona principalmente con la necesidad de contribuir con el fin de la aberración política y científica que supone la ocultación de las clases populares en el relato del pasado” (p.266); esta afirmação da autora é a justificativa para a construção da sua tese. O processo de triangulação dos dados das entrevistas com outras fontes tem especial relevância, pois possibilita-nos compreender o caminho metodológico de uma pesquisa fundamentada na história oral, mas que considera todas as nuances de que esta é composta.

As “Histórias e memórias da escola do tempo do Estado Novo em Portugal. Um olhar sob a perspectiva sociodinâmica de Moles e da memória social de Halbwachs” foi o título escolhido por Rooney Figueiredo Pinto, doutorando na Universidade de Coimbra. Recorrendo às teorias de Maurice Halbwachs (memória social) e de Abraham Moles (sociodinâmica), o autor nos conduz às escolas do Estado Novo português e as narrativas sobre as memórias desta escola. Como, por exemplo, o “esquecimento, a recordação e o silêncio sobre o que se escolhe não recordar são partes de uma mesma dinâmica social da memória”

(p.279), esta ausência surge como um ponto comum nas entrevistas aos professores. As entrevistas foram realizadas mais de cinco décadas após o período de docência durante o salazarismo, portanto ainda que estas memórias reflitam “uma construção social que se encontra num tempo distante do tempo em que é recordada” (p.282), as “recordações que emergem são transversais entre os entrevistados” (p.286), ou seja, as construções dos significados vão além das individualidades. As concepções teóricas e análises apresentadas permitem-nos a compreensão das percepções sociais dos grupos (neste caso, professores durante o Estado Novo).

Thais Palmeira Moraes, doutoranda no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, realizou um estudo historiográfico sobre a “Assistência e educação da infância: a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”. Na construção da investigação tem particular importância “descrever a natureza e o histórico da instituição” (p.290), que tem o seu início datado em 1498, e de um conjunto de fontes (Relatórios e Contas da Gerência da Misericórdia de Lisboa; Livro de Provedores e as Atas da Mesa) com o recorte temporal entre 1834 e 1974. As referidas fontes são interpretadas à luz dos conceitos propostos por Saviani (instituição); Libâneo, Magalhães e Rousseau (educação); Kuhlmann Jr. e Ferrreira Gomes (infância); Castel (assistência). O destaque que confere aos modos de assistir e educar a infância (especificamente uma infância carenciada), ajuda-nos a perceber o papel da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na história da educação das crianças em Portugal, muito além do propósito inicial da instituição.

O último capítulo é da autoria de Yovana Hernández Laina, doutorada em 2018

pela Universidad Nacional de Educación a Distancia e professora da mesma Universidade, e designa-se “Cultura económica y socialización política en los manuales escolares del tardofranquismo y la transición española (1960-1985)”. Sobretudo em um período de ditadura e o início do processo de transição democrático, a escola se mostra como “un medio de difusión de dichos valores a través del currículum y los contenidos de los manuales escolares” - como integrante do *MANES* (anteriormente referido) há nove anos, a autora tem um olhar muito qualificado para essas fontes, em que são compreendidas como um “instrumento de transmisión del saber y un instrumento del poder” (p.302). A autora realiza uma análise bastante interessante sobre um tema pouco investigado: a cultura escolar econômica, ou seja, conceber e analisar a economia como conhecimento escolar (p.306) e reitera a importância da comunidade científica também colocar este tema em foco.

Em suma, um *e-book* que traz um destaque para as influências das conjunturas políticas nos mais diversos contextos educacionais e vem preencher uma lacuna sobre os novos olhares (agora muito mais qualificados) que serão lançados sobre as fontes, independentemente da era (seja digital ou alguma outra futura ainda desconhecida) em que as investigações são desenvolvidas. Penso que este seja o desafio aos investigadores na área da História da Educação e esta obra ajuda-nos a alcançá-lo.

Mayra MUGNAINI
Instituto de Educação
Universidade de Lisboa